



# JUVENTUDES NEGRAS HIPERCONECTADAS: RESISTÊNCIA EPISTÊMICA E PEDAGOGIAS INSURGENTES NO ESPAÇO DIGITAL<sup>1</sup>

**Tiago Negrão de Andrade<sup>2</sup>**

*Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil.*

**Maria Cristina Gobbi<sup>3</sup>**

*Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil.*

## RESUMO

Este artigo analisa como juventudes negras hiperconectadas reconfiguram as dinâmicas comunicacionais em plataformas digitais, tensionando regimes de exclusão algorítmica e produzindo estratégias de resistência epistêmica. A partir de uma abordagem qualitativa e crítica, fundamentada em teorias decoloniais e estudos afrodiaspóricos, examinamos práticas culturais, estéticas e pedagógicas que emergem como contrapontos à colonialidade digital. Os resultados revelam tanto a persistência de mecanismos de invisibilização racializada quanto a potência de iniciativas como ciberquilombos e mídias negras independentes na construção de ecologias alternativas de saber e visibilidade. Conclui-se que essas práticas não apenas denunciam assimetrias, mas propõem novos paradigmas tecnossociais ancorados em justiça cognitiva e ancestralidade.

---

<sup>1</sup> Agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/ UNESP e ao professor Dr. José Osvaldo Morais (*in memoriam*). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: [tiago.negrao@unesp.br](mailto:tiago.negrao@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5352-9798>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6885654276116955>

<sup>3</sup> Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio. E-mail: [crisrina.gobbi@unesp.br](mailto:crisrina.gobbi@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5629-5010>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2302756561160804>



**Palavras-chave:** juventudes negras. resistência digital. algoritmos. pedagogias insurgentes. ciberquilombos.

## **HYPERCONNECTED BLACK YOUTH: EPISTEMIC RESISTANCE AND INSURGENT PEDAGOGIES IN DIGITAL SPACES**

### **ABSTRACT**

This article examines how hyperconnected Black youth reconfigure communication dynamics on digital platforms, challenging algorithmic exclusion and producing strategies of epistemic resistance. Through a qualitative and critical approach grounded in decolonial theories and Afrodiasporic studies, we analyze cultural, aesthetic, and pedagogical practices that emerge as counterpoints to digital coloniality. Findings reveal both the persistence of racialized invisibility mechanisms and the power of initiatives like cyber-quilombos and independent Black media in constructing alternative ecologies of knowledge and visibility. The study concludes that these practices not only denounce asymmetries but also propose new techno-social paradigms rooted in cognitive justice and ancestry.

**Keywords:** Black youth. digital resistance. algorithms. insurgent pedagogies. cyber-quilombos.

## **JUVENTUDES NEGRAS HIPERCONECTADAS: RESISTENCIA EPISTÉMICA Y PEDAGOGÍAS INSURGENTES EN EL ESPACIO DIGITAL**

### **RESUMEN**

Este artículo analiza cómo las juventudes negras hiperconectadas reconfiguran las dinámicas comunicacionales en plataformas digitales, tensionando regímenes de exclusión algorítmica y produciendo estrategias de resistencia epistémica. Desde un enfoque cualitativo y crítico, fundamentado en teorías decoloniales y estudios afrodiaspóricos, examinamos prácticas culturales, estéticas y pedagógicas que emergen como contrapuntos a la colonialidad digital. Los resultados revelan tanto la persistencia de mecanismos de invisibilización racializada como la potencia de iniciativas como ciberquilombos y medios negros independientes en la construcción de ecologías alternativas de saber y visibilidad. Se concluye que estas prácticas no solo denuncian asimetrías, sino que proponen nuevos paradigmas tecno-sociales anclados en justicia cognitiva y ancestralidad.

**Palabras clave:** juventudes negras. resistencia digital. algoritmos. pedagogías insurgentes. ciberquilombos.



## INTRODUÇÃO

A emergência de juventudes negras hiperconectadas em contextos digitais marca uma inflexão significativa nos modos de produção, circulação e disputa por conhecimento, visibilidade e reconhecimento no século XXI. Em um cenário global marcado pela plataformização da vida social e pela intensificação da vigilância algorítmica, a presença negra nas redes não apenas tensiona regimes de representação racializada, como também opera como forma de resistência epistêmica diante de um ecossistema historicamente excludente. A relevância do tema se amplia à luz das projeções sobre o crescimento das tecnologias de inteligência artificial, da centralidade das redes sociais na formação de opinião e da intensificação das disputas simbólicas em ambientes digitais, sobretudo entre 2020 e 2025. Dados recentes apontam para o aprofundamento das assimetrias raciais na visibilidade algorítmica, ao mesmo tempo em que revelam a potência das mídias negras de reconfigurar imaginários e pedagogias no espaço público (Noble, 2018; Benjamin, 2019; Mozilla Foundation, 2023).

Historicamente, os estudos sobre mídia, raça e tecnologia concentraram-se nas representações negativas ou na ausência de sujeitos negros nos meios tradicionais. No entanto, o campo tem evoluído para compreender as práticas comunicativas negras como formas de produção de conhecimento e agência coletiva, com marcos importantes nos estudos de hooks (1994), Gonzalez (1988), Kilomba (2010) e, mais recentemente, nas análises sobre o afrofuturismo, os ciberquilombos e as pedagogias insurgentes. Historicamente, os estudos sobre mídia, raça e tecnologia concentraram-se nas representações negativas ou na ausência de sujeitos negros nos meios tradicionais. No entanto, o campo tem evoluído para compreender as práticas comunicativas negras como formas de produção de conhecimento e agência coletiva, com marcos importantes nos estudos de hooks (1994), Gonzalez (1988), Kilomba (2010) e, mais recentemente,



nas análises sobre o afrofuturismo, os ciberquilombos e as pedagogias insurgentes. Como destaca Benjamin (2019), as tecnologias digitais não são neutras, mas encarnam e atualizam lógicas históricas de exclusão racial por meio do que ela denomina “novo código Jim” – um sistema no qual a aparência de eficiência algorítmica encobre práticas de segregação e vigilância direcionadas a corpos negros. Ao compreender o digital como extensão de estruturas racistas institucionais, sua crítica oferece uma chave indispensável para entender por que as juventudes negras precisam reinventar as plataformas como espaços de reexistência estética e política. O estado atual da pesquisa mostra um crescente interesse interdisciplinar por fenômenos como o shadowbanning racializado, a monetização seletiva de conteúdos negros e a emergência de coletivos como PretUX, PerifaConnection e PretaLab, que articulam tecnologias com ancestralidade, política e pedagogia digital (Souza; Carrera, 2023; Silva, 2021).

O objeto de estudo deste artigo é constituído por práticas comunicacionais de juventudes negras hiperconectadas, especialmente aquelas que operam nas redes sociais como formas de reexistência estética, política e epistêmica. Tais práticas envolvem a produção de conteúdos audiovisuais, performances, letramentos digitais e narrativas contra-hegemônicas que interpelam diretamente os regimes de visibilidade racializados e os filtros algorítmicos de exclusão. Essas ações são analisadas como experiências pedagógicas insurgentes que atualizam saberes da diáspora africana em territórios digitais. Diferenciam-se, portanto, de abordagens normativas que tratam a tecnologia apenas como ferramenta neutra de inclusão digital, ao problematizarem as matrizes coloniais do próprio ambiente digital e proporem alternativas baseadas em justiça cognitiva, afetiva e histórica.

Comparadas a iniciativas institucionais de inclusão digital, muitas vezes pautadas por lógicas meritocráticas e instrumentais, essas práticas negras hipermediáticas colocam em questão o próprio modelo tecnocrático dominante, ao recusarem a dissociação entre tecnologia e política. Avançam ao propor uma ontologia tecnossocial baseada na coletividade, na memória e no cuidado. No



entanto, enfrentam ainda desafios importantes: a invisibilização programada por plataformas, a cooptação mercadológica das estéticas negras e a ausência de políticas públicas que assegurem sua sustentabilidade material e simbólica (Dickson, 2020; Unesco, 2021).

O propósito deste artigo é investigar como as juventudes negras hiperconectadas constroem espaços de resistência epistêmica por meio das mídias digitais, analisando as tensões entre visibilidade, vigilância e pedagogia nas plataformas. As questões norteadoras são: como as práticas midiáticas negras reconfiguram os regimes de enunciação digital? De que modo os algoritmos operam epistemicídios raciais? E quais estratégias comunicacionais e pedagógicas têm sido mobilizadas para reencantar o saber e disputar o futuro em redes? Ao enfrentar essas questões, o artigo busca contribuir para uma crítica radical da colonialidade algorítmica e para a formulação de políticas e epistemologias comprometidas com a justiça racial e cognitiva.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórico-documental e crítica, fundamentada nos referenciais da teoria crítica da tecnologia, das epistemologias do Sul, dos estudos afrodiaspóricos e da pedagogia decolonial. A escolha por epistemologias do Sul, conforme articula Santos (2010), responde à necessidade de confrontar o epistemicídio moderno – isto é, a sistemática deslegitimação de saberes produzidos por povos colonizados – e construir espaços de validação de conhecimentos contra-hegemônicos. Nesse sentido, o reconhecimento das mídias negras como territórios de produção epistêmica se inscreve em uma proposta metodológica comprometida com a justiça cognitiva e com a pluralidade dos modos de conhecer. A análise articula os conceitos de colonialidade algorítmica, justiça epistêmica e reexistência digital para examinar práticas comunicacionais de juventudes negras hiperconectadas em ambientes digitais. As fontes de dados



incluem livros, artigos científicos, relatórios institucionais, notícias jornalísticas e documentos legais produzidos entre 2010 e 2025, localizados em bases como Scopus, SciELO, Redalyc e em acervos de mídia independente. Os critérios de seleção priorizaram materiais que abordassem interseções entre raça, tecnologia, plataformas digitais e juventudes periféricas, sendo excluídos textos de escopo meramente descritivo ou sem fundamentação crítica. A análise foi realizada por meio de codificação manual e análise temática, com o objetivo de mapear tensões, contradições e potências nos modos de produção de saber e visibilidade digital por sujeitos racializados. Essa estratégia metodológica visa problematizar os regimes de exclusão algorítmica e as estratégias de insurgência cognitiva que emergem das práticas digitais negras, contribuindo para a compreensão das disputas simbólicas e epistêmicas no interior das plataformas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida neste estudo organiza-se em torno de eixos críticos que revelam como juventudes negras hiperconectadas vêm resignificando as dinâmicas comunicacionais nas plataformas digitais, tanto a partir de experiências concretas de exclusão algorítmica quanto por meio de práticas culturais, estéticas e pedagógicas de reexistência. A interpretação dos dados foi orientada por uma perspectiva crítica que considera as condições históricas, técnicas e políticas que moldam os regimes de visibilidade e produção de verdade no ambiente digital. Ao tensionar os dispositivos hegemônicos de controle simbólico com as insurgências afrodiaspóricas emergentes, os resultados apontam não apenas para a reprodução de desigualdades estruturais nos sistemas de informação, mas também para a emergência de novas gramáticas de presença, memória e futuro articuladas por sujeitos historicamente silenciados. Esses achados, ao dialogarem com os referenciais teóricos mobilizados, permitem problematizar as limitações das infraestruturas digitais atuais e evidenciam a centralidade da justiça epistêmica



como horizonte ético e político de reconfiguração do sensível na contemporaneidade.

## **PLATAFORMAS, ALGORITMOS E COLONIALIDADE DIGITAL: ENTRE APAGAMENTOS E VIGILÂNCIA**

A colonialidade algorítmica não é um desvio acidental da racionalidade técnica, mas sua condição estrutural sob regimes digitais racialmente orientados. A arquitetura das plataformas digitais, ao operacionalizar classificações baseadas em grandes volumes de dados históricos e enviesados, reproduz assimetrias herdadas do colonialismo moderno e do racismo estrutural. Benjamin (2019) conceitua essa lógica como o “novo código Jim”, uma forma de segregação reatualizada que se esconde sob a aparência de eficiência tecnológica. A essa reconfiguração digital da hierarquia racial soma-se o que Noble (2018) descreve como epistemologias incorporadas nos mecanismos de busca, onde conteúdos associados a sujeitos negros são sistematicamente marginalizados, estigmatizados ou excluídos da visibilidade. Como demonstrado por Noble (2018), os algoritmos de busca e recomendação incorporam epistemologias racializadas que organizam o conhecimento digital a partir de hierarquias racistas. Em sua análise do Google, ela revela como a indexação automatizada opera preconceitos estruturais, associando imagens de mulheres negras à pornografia, enquanto privilegia corpos brancos em contextos de autoridade e pureza. Esses padrões computacionais são, portanto, operadores técnicos do epistemicídio.

A suposta neutralidade algorítmica, frequentemente defendida por grandes corporações como Google e Meta, desmorona diante de evidências empíricas contundentes. Buolamwini e Gebru (2018) demonstraram que softwares de reconhecimento facial apresentavam taxas de erro significativamente maiores em rostos negros, especialmente em mulheres, evidenciando que os vieses raciais são programados desde a base de treinamento dos sistemas. O caso da IBM, que



utilizou imagens de pessoas negras em bancos de dados de vigilância sem consentimento e depois abandonou o setor alegando preocupação com o racismo algorítmico (ALLYN, 2020), revela como essas práticas se mantêm toleradas até que o capital simbólico da marca seja ameaçado. Ainda mais revelador é o fato de que, durante os protestos do movimento Black Lives Matter em 2020, plataformas como TikTok e Instagram ocultaram ou restringiram o alcance de hashtags como #BlackLivesMatter, justificando tecnicamente os bloqueios como “falhas de sistema” (MOLINA, 2020), enquanto criadores negros relatavam repetidas formas de shadowbanning mesmo fora desses eventos (DICKSON, 2020).

Essas dinâmicas operam como forma contemporânea de epistemicídio, onde os algoritmos funcionam como filtros seletivos que decidem quem pode ocupar o espaço do visível e quem será mantido nos subterrâneos da plataforma. A vigilância digital, nesse contexto, não apenas monitora, mas disciplina e organiza o campo do dizível, como indicam Browne (2015) e Foucault (1996), ao relacionar as tecnologias de controle contemporâneas às estruturas coloniais do olhar e do poder. A ideia de vigilância como instrumento de segurança pública, frequentemente invocada para justificar a coleta de dados e a modulação de conteúdos, encobre o fato de que tais sistemas operam seletivamente sobre corpos negros, como mostra o relatório da Mozilla Foundation (2023), que alerta para os impactos desproporcionais da inteligência artificial em populações racializadas.

No limite, não se trata apenas de reconhecer os danos colaterais da tecnologia, mas de interrogar sua matriz fundacional: para quem, por quem e com que objetivos os sistemas são desenhados. A resistência negra hiperconectada emerge como um contrafluxo dessa lógica, mas a assimetria estrutural persiste, sustentada por interesses econômicos, políticas de opacidade técnica e ausência de marcos regulatórios eficazes. O desafio posto, portanto, não é apenas técnico ou jurídico, mas epistêmico e político: exige descolonizar os próprios fundamentos da inteligência algorítmica e recusar a ficção de um digital neutro.



## JUVENTUDES NEGRAS E REEXISTÊNCIA DIGITAL: PRÁTICAS CULTURAIS, ESTÉTICAS E PEDAGÓGICAS

As juventudes negras hiperconectadas reinventam o digital como campo estético-pedagógico de reexistência, produzindo subjetividades insurgentes diante de um ecossistema mediático que historicamente lhes negou voz e visibilidade. Ao mobilizar plataformas como TikTok, YouTube e Instagram, essas juventudes operam não apenas uma ocupação de espaços, mas uma reconfiguração dos regimes de enunciação, onde a estética se torna política e o corpo negro digitalizado atua como território de memória e linguagem. Essa potência performativa, compreendida por McRobbie (2009) como estética da resistência, inscreve-se na tradição de luta epistêmica delineada por hooks (1994), para quem a cultura negra popular pode ser pedagogia libertadora quando emancipada dos filtros normativos da branquitude. A partir da proposta de hooks (1994), é possível compreender essas práticas como pedagogias insurgentes que não apenas transmitem conhecimento, mas também criam espaços de fala e pertencimento. Ao afirmar que a cultura negra pode ser um ato de resistência política e pedagógica, hooks nos ajuda a entender como as performances digitais de juventudes negras funcionam como atos de insurgência contra os regimes de silenciamento.

Criadores como Spartakus Santiago e Maíra Azevedo tensionam cotidianamente os limites da visibilidade racializada ao entrelaçar humor, denúncia e narrativas pessoais em performances que subvertem códigos dominantes de representação (Spartakus, 2025; Azevedo, 2025). Esses conteúdos não se restringem à autorepresentação, mas funcionam como dispositivos de letramento racial e formação crítica, operando à semelhança do que Freire (1993) concebia como educação pela problematização da experiência vivida. A pedagogia da imagem, nesse contexto, produz-se em sinergia com a oralidade e a memória coletiva, numa continuidade histórica com as práticas comunicativas da diáspora. Canais como Papo de Preta e Afros e Afins não apenas informam, mas encarnam



pedagogias insurgentes que desestabilizam o epistemicídio digital cotidiano (Papo De Preta, 2025; Afros E Afins, 2025).

A força coletiva dessas experiências se amplifica nas ações de movimentos como o Batekoo e o PerifaConnection, que articulam corporeidade, música, política e território para constituir ecologias negras de pertencimento em rede (Batekoo, 2025; Perifaconnection, 2025). Em sintonia com a proposição de Silva (2021), o ciberquilombo emerge como espaço simbólico de fuga, recriação e cuidado coletivo, onde ancestralidade e futuridade coexistem como horizonte de reinvenção cultural. Contudo, essa reexistência está constantemente ameaçada pela captura mercadológica, que transforma expressões políticas em produtos esvaziados de historicidade e agência. A estetização do antirracismo, amplamente difundida por marcas e influenciadores brancos, desloca a potência crítica das práticas negras para uma lógica de consumo que ignora seus fundamentos comunitários e contra-hegemônicos.

Essa ambivalência entre visibilidade e cooptação revela os limites da pedagogia digital quando desconectada de uma ética antirracista efetiva e de uma redistribuição material dos frutos dessa visibilidade. Ainda que as juventudes negras transformem o espaço digital em arena de insurgência e criação, a estrutura das plataformas – regulada por interesses corporativos e lógicas de monetização excludentes – tensiona continuamente a autonomia e a radicalidade dessas práticas. Reconhecer essa tensão é essencial para evitar uma romantização do engajamento negro nas redes e avançar na construção de políticas de justiça informacional que garantam não apenas expressão, mas poder de reconfiguração da paisagem comunicacional global.

## **ECOLOGIAS MIDIÁTICAS NEGRAS E A DISPUTA POR VISIBILIDADE NAS REDES**

A presença de vozes negras no ambiente digital é atravessada por um regime de visibilidade condicionado por estruturas midiáticas assimétricas, nas quais



algoritmos, modelos de negócio e políticas de moderação operam como dispositivos seletivos de reconhecimento. Longe de constituírem espaços neutros de circulação de conteúdo, as plataformas digitais reproduzem lógicas de exclusão e silenciamento historicamente atribuídas aos meios hegemônicos. Srnicek (2017) caracteriza a plataformização como um processo de concentração de poder informacional, no qual o valor está diretamente atrelado à extração e ao controle de dados, favorecendo conteúdos que maximizem engajamento e lucro – frequentemente à custa de narrativas racializadas que não se encaixam na lógica da viralização.

Estudos recentes demonstram que influenciadores e comunicadores negros enfrentam barreiras estruturais à sua visibilidade digital, incluindo o shadowbanning, a desmonetização seletiva e a despriorização algorítmica de seus conteúdos (University Of Michigan, 2023). Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas sob o argumento da neutralidade tecnológica, operam como formas contemporâneas de epistemicídio, apagando sistematicamente vozes dissidentes da paisagem midiática. Apesar disso, surgem ecologias alternativas que tensionam essa hegemonia, como demonstram iniciativas como Alma Preta, PerifaConnection e Nós, Mulheres da Periferia, que articulam jornalismo decolonial, comunicação comunitária e ativismo racial a partir de perspectivas negras e periféricas (Alma Preta, 2025; Perifaconnection, 2025; Nós, Mulheres Da Periferia, 2025).

Essas mídias insurgentes se consolidam como campos de contra-informação e reexistência simbólica, atualizando as epistemologias afrocentradas defendidas por Gonzalez (1988) e Kilomba (2010). Kilomba (2010) denuncia que o saber negro frequentemente é admitido apenas quando traduzido para a linguagem dominante – branca, acadêmica, eurocentrada – apagando suas origens e sentidos. Essa lógica se reproduz no ambiente digital quando os discursos das juventudes negras só alcançam visibilidade após serem apropriados por marcas ou influenciadores brancos. A autora propõe, assim, a valorização de narrativas insurgentes que partem da experiência vivida como ponto de partida para a construção de conhecimento.



No entanto, a autonomia desses espaços é frequentemente limitada pela lógica das plataformas onde estão hospedadas, e pela ausência de políticas públicas que garantam sua sustentabilidade material e acesso equitativo à audiência. O Marco Civil da Internet (Brasil, 2014), embora estabeleça princípios de pluralidade e liberdade de expressão, ainda carece de mecanismos regulatórios eficazes para combater práticas algorítmicas discriminatórias. A Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial (UNESCO, 2021) aponta para a necessidade de transparência e diversidade na governança digital, mas sua implementação permanece frágil diante do poder das big techs.

O ciclo se completa com a lógica da monetização racializada, em que conteúdos produzidos por criadores negros – mesmo quando alcançam visibilidade – são frequentemente apropriados por influenciadores brancos ou marcas comerciais que despolitizam sua origem e acumulam os lucros simbólicos e econômicos do engajamento. Casos emblemáticos no TikTok evidenciam essa dinâmica, como coreografias criadas por adolescentes negras viralizadas globalmente apenas quando reproduzidas por usuárias brancas (Dickson, 2020). Essa expropriação simbólica expõe a fragilidade do reconhecimento quando desvinculado da redistribuição, e reafirma a centralidade da disputa por justiça comunicacional como eixo estruturante da luta antirracista no século XXI.

## **CIBERQUILOMBOS, AFROFUTURISMO E PEDAGOGIAS DO PORVIR: CAMINHOS PARA A JUSTIÇA EPISTÊMICA**

Ciberquilombos, afrofuturismo e pedagogias digitais insurgentes constituem práticas convergentes por meio das quais juventudes negras hiperconectadas não apenas resistem à colonialidade informacional, mas produzem mundos alternativos ancorados em justiça epistêmica e reexistência coletiva. A noção de ciberquilombo, articulada por Silva (2021), atualiza a tradição de territorialidade negra como espaço de refúgio e criação, transpondo para o ambiente digital os valores de coletividade,



memória e cuidado. Coletivos como o PretUX atuam como zonas de abrigo simbólico para sujeitos historicamente marginalizados do campo da tecnologia, conectando design, inclusão racial e ancestralidade em uma prática sociotécnica que questiona os limites impostos pelo racismo algorítmico (Souza; Carrera, 2023).

Nesse horizonte de reinvenção, o afrofuturismo digital emerge como linguagem especulativa e política que desloca os corpos negros da posição de ausência no futuro para o centro da imaginação tecnológica. Narrativas visuais como *Eyes of Wakanda*, derivadas do universo criado por autores como Octavia Butler (2000) e visualmente popularizado por *Black Panther*, reconfiguram a presença negra em futuros possíveis, propondo um exercício de imaginação contra-hegemônica (Marvel Studios, 2018). Essa poética, conforme apontam Eshun (2003) e Nelson (2002), rompe com a linearidade eurocentrada da história e projeta a negritude como tecnologia, saber e desejo. A circulação dessas narrativas por redes sociais, fan arts e coletivos audiovisuais desloca os regimes de verdade que associam modernidade à branquitude e reafirma a potência da cultura negra como forma de construção de mundos. Como propõe Eshun (2003), o afrofuturismo é mais que uma estética: é um projeto epistêmico que recusa a ideia de que o futuro pertence apenas ao Ocidente branco. Ao explorar narrativas especulativas produzidas por e para corpos negros, o autor desafia os dispositivos temporais coloniais que relegam a população negra à ausência do passado ou à marginalização no presente. Assim, o afrofuturismo funciona como tecnologia cultural de reinvenção do porvir.

Esses territórios narrativos e afetivos também operam como pedagogias do porvir — práticas de ensino e aprendizagem que escapam aos currículos normativos e se orientam pela experiência vivida, pelo corpo e pela ancestralidade. Em diálogo com Freire (1993), Kilomba (2010) e Santos (2010), as pedagogias digitais negras constituem contra-dispositivos que produzem letramento crítico, formação política e reencantamento do conhecimento. Plataformas como a PretaLab, ao conectar mulheres negras e indígenas à tecnologia, exemplificam essas práticas que



combinam inclusão sociotécnica, memória e inovação (Pretalab, 2025). Tais experiências são, ao mesmo tempo, resistência e elaboração, pedagogia e performance, gesto e enraizamento simbólico.

Contudo, o potencial político dessas práticas só se realiza plenamente quando articulado a políticas públicas comprometidas com a redistribuição simbólica e material do poder cognitivo. O Plano Juventude Negra Viva, iniciativa do Ministério da Igualdade Racial (Brasil, 2025), oferece um marco institucional relevante para a integração entre produção cultural negra digital e políticas de reparação histórica, sobretudo quando orientadas pelos marcos da Lei 10.639/03. Ainda assim, a resistência de setores conservadores à inclusão de epistemologias negras nos currículos escolares e o risco de instrumentalização das estéticas negras por agendas neoliberais impõem limites à efetividade dessas políticas.

A articulação entre práticas digitais negras e justiça epistêmica exige, portanto, mais do que reconhecimento ou representatividade: demanda uma transformação estrutural das formas de produzir, valorizar e ensinar conhecimento. Os ciberquilombos não apenas abrigam a dor, mas projetam a possibilidade de outros mundos; o afrofuturismo não apenas imagina futuros, mas os performa no presente; e as pedagogias do porvir não apenas ensinam, mas descolonizam o próprio ato de ensinar. É nesse entrelaçamento que se inscreve a potência radical das juventudes negras hiperconectadas como agentes de reprogramação do sensível e da história.

## SÍNTESE ANATÍTICA

A insurgência digital das juventudes negras hiperconectadas constitui uma rearticulação radical da presença negra nos circuitos de poder simbólico, técnico e pedagógico. Em meio a um ecossistema informacional ainda marcado por filtros algorítmicos racializados e regimes de visibilidade seletiva (Benjamin, 2019; Noble, 2018), essas juventudes não apenas resistem às formas contemporâneas de



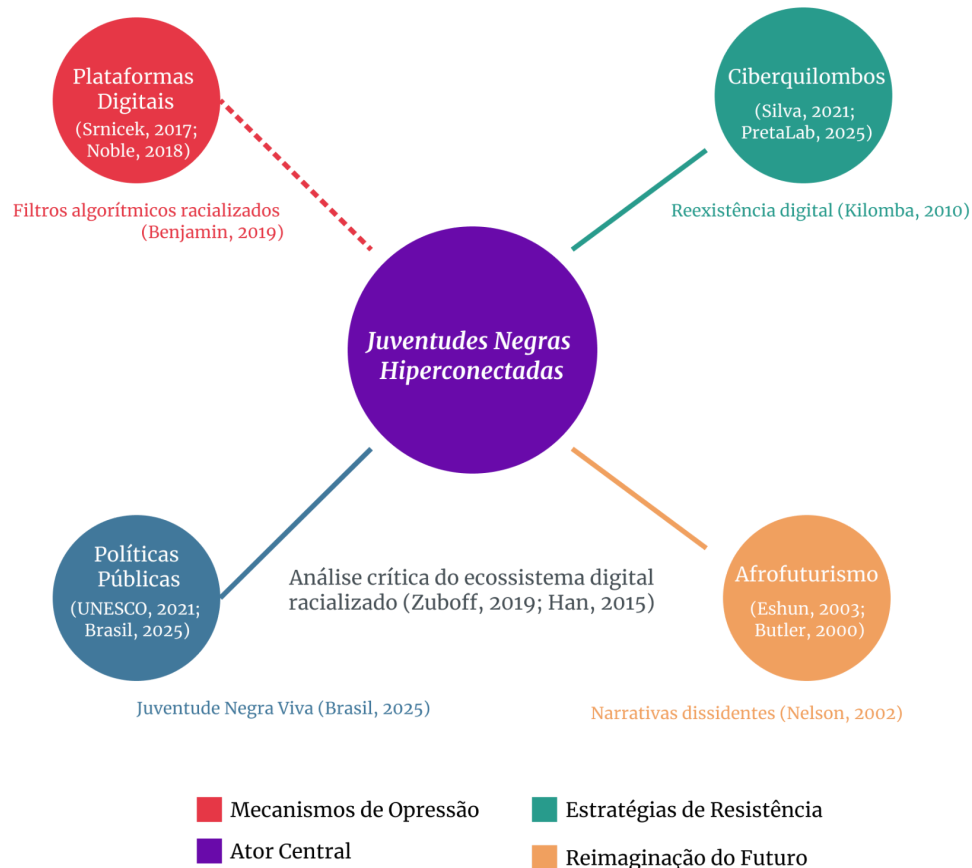
epistemicídio (Santos, 2010), mas fundam espaços outros de existência, saber e futuro. O digital deixa de ser um território neutro e se torna um campo de disputa por narrar, ensinar e imaginar a partir de subjetividades historicamente excluídas da modernidade técnica.

A figura intitulada 1 organiza visualmente as inter-relações entre juventudes negras hiperconectadas e quatro eixos temáticos centrais: plataformas digitais, ciberquilombos, políticas públicas e afrofuturismo. Esses eixos são fundamentados por uma base teórica crítica e interseccional, e cada conexão apresenta autores e conceitos que sustentam tanto os riscos quanto as possibilidades da atuação digital negra. A disposição gráfica destaca a juventude negra como eixo central de articulação, em constante interação com estruturas de poder, resistência e produção simbólica no ambiente digital.

**Figura 1** - Insurgência Digital das Juventudes Negras: Ecosistemas de poder, resistência e afrofuturismo

# INSURGÊNCIA DIGITAL DAS JUVENTUDES NEGRAS

Ecosistemas de poder, resistência e afrofuturismo (Benjamin, 2019; Souza & Carrera, 2023)



**Fonte:** os autores

As implicações da figura são múltiplas e atravessam tanto a denúncia quanto a proposição. De um lado, evidencia-se o impacto dos filtros algorítmicos racializados e a necessidade de políticas públicas específicas como formas de enfrentar um ecossistema digital estruturado por lógicas de controle e exclusão. De outro, emergem práticas de resistência e reexistência que reconfiguram a presença negra na tecnologia, como os ciberquilombos e as narrativas afrofuturistas. A figura, portanto, não apenas denuncia as formas de opressão algorítmica, mas também aponta para a potência criativa, crítica e política das juventudes negras como



protagonistas na disputa por espaços de visibilidade, pertencimento e transformação sociotécnica.

As plataformas operam, como mostra Srnicek (2017), sob racionalidades comerciais que privilegiam a extração de dados e o engajamento superficial, o que reforça a marginalização de conteúdos negros considerados “não rentáveis” ou “politicamente arriscados” (University of Michigan, 2023). Srnicek (2017) identifica a lógica da plataformização como uma nova forma de acumulação capitalista baseada na extração de dados e na monetização da atenção. Nesse modelo, o valor simbólico dos conteúdos negros é instrumentalizado, enquanto os algoritmos privilegiam aquilo que maximiza lucros, mesmo à custa de silenciar vozes dissidentes. Isso confirma que a exclusão não é uma falha do sistema, mas parte constitutiva de sua racionalidade comercial. Entretanto, em contrafluxo, coletivos como PretUX (Souza; Carrera, 2023), PretaLab (2025) e PerifaConnection (2025) organizam zonas simbólicas de acolhimento e produção cognitiva que performam aquilo que Silva (2021) denomina ciberquilombo: espaços digitais de fuga, invenção e reexistência. Nessas zonas, a pedagogia não se limita à transmissão de conteúdos, mas se enraíza na experiência vivida, no corpo racializado e na memória coletiva (Kilomba, 2010; Freire, 1993).

As narrativas afrofuturistas, em especial aquelas que circulam em redes sociais e mídias visuais – como o universo de Black Panther (Marvel Studios, 2018) ou as obras de Octavia Butler (2000) – performam não apenas ficções especulativas, mas alternativas epistêmicas que reposicionam a negritude no eixo da imaginação tecnológica (Eshun, 2003; Nelson, 2002). Trata-se de uma reconfiguração profunda da temporalidade e da linguagem, onde o futuro deixa de ser espaço exclusivo do homem branco tecnocrata e passa a ser ocupado por sujeitos negros como produtores legítimos de mundo. Essa dimensão utópica – longe de ser evasiva – oferece, como mostra Butler (2000), um exercício ético de possibilidade.



No entanto, a força dessas práticas depende de sua capacidade de articular-se a estruturas institucionais comprometidas com a justiça epistêmica. Políticas públicas como o Plano Juventude Negra Viva (Brasil, 2025) e diretrizes internacionais como a Recomendação da UNESCO sobre ética da IA (UNESCO, 2021) apontam caminhos para a incorporação de epistemologias negras nos currículos, nas infraestruturas tecnológicas e nos regimes de produção de verdade. Contudo, sua eficácia permanece limitada pela resistência conservadora e pela captura neoliberal das estéticas negras, frequentemente transformadas em mercadoria esvaziada de densidade política (Zuboff, 2019; Han, 2015).

Em síntese, a afrodiáspora digital não é apenas um objeto a ser analisado, mas uma potência histórica em curso, que reprograma os fundamentos do saber, da escuta e da linguagem. Seus agentes, ao tensionarem algoritmos e ancestralidade, memes e memória, mobilizam o digital como território de insurgência e reinvenção. A justiça epistêmica, nesse cenário, não se dará pela inclusão protocolar, mas pela reconstrução profunda das bases que definem o que pode ser dito, ensinado e imaginado. E é precisamente nesse gesto – político, estético e pedagógico – que as juventudes negras apontam para futuros onde a presença negra não é exceção, mas condição fundante da pluralidade dos mundos possíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar de forma crítica e interseccional as formas pelas quais juventudes negras hiperconectadas reconfiguram as mídias digitais, tensionando regimes de exclusão algorítmica e produzindo estratégias pedagógicas, estéticas e políticas de resistência epistêmica. A partir de uma abordagem interdisciplinar, articularam-se autores da teoria crítica da tecnologia, das epistemologias do Sul, dos estudos afrodiaspóricos e das pedagogias insurgentes, integrando-os a experiências empíricas concretas em redes sociais, coletivos culturais e mídias negras independentes.



Apesar do esforço em construir uma abordagem densa e ampla, o estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, o recorte metodológico é majoritariamente qualitativo e teórico-interpretativo, não abrangendo dados quantitativos sobre alcance, engajamento ou distribuição algorítmica de conteúdos produzidos por influenciadores negros. Em segundo lugar, o foco geográfico concentra-se sobretudo no Brasil e nas Américas, deixando de abordar experiências afrodiásporas digitais no continente africano ou em contextos asiáticos. Por fim, algumas práticas emergentes em plataformas descentralizadas ou em ambientes não hegemônicos (como redes comunitárias, fóruns autônomos e projetos de IA livre) ainda carecem de aprofundamento analítico.

Essas limitações abrem caminho para futuros estudos comparativos entre geografias da diáspora, investigações sobre infraestruturas digitais autônomas e análises mais empíricas sobre os impactos de políticas algorítmicas nos fluxos de informação racializada. Seria particularmente relevante explorar como a justiça epistêmica digital pode ser operacionalizada em ambientes escolares, currículos técnicos, políticas culturais e programas de letramento crítico voltados à juventude negra.

Do ponto de vista das políticas públicas, este estudo reforça a urgência de conectar legislações já existentes – como a Lei 10.639/03, o Marco Civil da Internet e o Plano Juventude Negra Viva – a iniciativas efetivas de regulação algorítmica, fomento a mídias negras independentes e financiamento público para inovação afrocentrada em tecnologia e educação. Propõe-se, por exemplo, a criação de editais específicos para coletivos digitais negros, a inclusão de epistemologias afro-brasileiras em diretrizes curriculares nacionais e a exigência de auditorias de impacto racial nos algoritmos utilizados por plataformas com operação no território brasileiro.

Em um cenário global de crescente desinformação, vigilância e expropriação simbólica, as práticas das juventudes negras hiperconectadas apontam para um horizonte no qual o digital não é apenas ferramenta, mas terreno de luta por



memória, dignidade e imaginação coletiva. Apoiar, pesquisar e integrar essas práticas a políticas estruturantes não é apenas uma questão de reconhecimento, mas uma necessidade democrática, epistêmica e civilizatória.

## REFERÊNCIAS

AFROS E AFINS. Afros e Afins. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/@AfroseAfins>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ALMA PRETA. Alma Preta Jornalismo. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

AZEVEDO, Maíra. Tia Má. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/tiamaoficial/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BATEKOO. Batekoo. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/batekoo/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BENJAMIN, Ruha. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim code*. Cambridge: Polity Press, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/sf/soaa009>.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

BRASIL. Plano Juventude Negra Viva. Ministério da Igualdade Racial, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/juventude-negra-viva>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BROWNE, Simone. *Dark matters: on the surveillance of Blackness*. Durham: Duke University Press, 2015.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. In: Conference on Fairness, Accountability and Transparency, 2018. *Proceedings...* PMLR, 2018. p. 77–91.



Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BUTLER, Octavia E. *Parable of the Sower*. New York: Grand Central Publishing, 2000. ISBN: 9780446675505.

DICKSON, E. J. TikTok's Black Creators Say They're Still Being Suppressed. *Rolling Stone*, 2020. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/culture/culture-features/tiktok-black-creators-suppressed-1011146/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ESHUN, Kodwo. Further Considerations on Afrofuturism. *CR: The New Centennial Review*, v. 3, n. 2, p. 287–302, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1353/ncr.2003.0021>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69–82, 1988.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Sandra Regina Haydu. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Original publicado em 1994). ISBN: 9788578273697.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2010.

KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: UNRAST, 2010. ISBN: 9783897715002.

MARVEL STUDIOS. *Black Panther*. Direção: Ryan Coogler. Produção: Kevin Feige. Elenco: Chadwick Boseman, Michael B. Jordan, Lupita Nyong'o, Danai Gurira. EUA: Walt Disney Studios Motion Pictures, 2018. 134 min. Filme. Disponível em: <https://www.marvel.com/movies/black-panther>. Acesso em: 20 jun. 2025.



MOLINA, Brett. TikTok apologizes for Black Lives Matter video suppression, pledges to do better. *USA Today*, 2020. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/tech/2020/06/01/tiktok-apologizes-black-lives-matter-video-suppression/5305984002/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MOZILLA FOUNDATION. Creating Trustworthy AI: A Mozilla Foundation Report. 2023. Disponível em: <https://foundation.mozilla.org/en/research/creating-trustworthy-ai/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

NELSON, Alondra. Future Texts. *Social Text*, v. 20, n. 2, p. 1–15, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1215/01642472-20-2\\_71-1](https://doi.org/10.1215/01642472-20-2_71-1).

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1pwt9w5>.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Nós, Mulheres da Periferia. 2025. Disponível em: <https://nosmulheresdapериферia.com.br/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PAPO DE PRETA. Papo de Preta. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/@PapoDePreta>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PERIFACONNECTION. PerifaConnection. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/perifaconnection/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PRETALAB. PretaLab. 2025. Disponível em: <https://www.pretalab.com/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83. ISBN: 9788524915123.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3–46, 2007.

SILVA, Tarcízio. *Ciberquilombismo: tecnologias, ancestralidade e justiça racial*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.



SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Editorial Malê, 2021. ISBN: 9786555381654.

SOUZA, Tainá; CARRERA, Felipe. Design e tecnologia como territórios de disputa: o PretUX como ciberquilombo. In: Anais do Simpósio Brasileiro de Design Sustentável, 2023.

SPARTAKUS. Spartakus Santiago. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/spartakus/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017. ISBN: 9781509504879.

UNESCO. Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial. 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137>. Acesso em: 4 jun. 2025.

UNIVERSITY OF MICHIGAN. Study looks at 'shadowbanning' of marginalized social media users. 2023. Disponível em: <https://record.umich.edu/articles/study-looks-at-shadowbanning-of-marginalized-social-media-users/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. Nova York: PublicAffairs, 2019.

Recebido em: 20/06/2025

Aprovado em: 01/09/2025